



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00077

Brasília, 01 de agosto de 2017.

Objetivo da reunião: Acompanhamento de projeto PJe

Horário e local: 10h - Sala 101-D CJF

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Cleberon José Rocha	MAGISTRADO	SG
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Juiz Federal, Coordenador Comitê- Gestor - PJe-JF	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Divisão de Projetos de Sistemas/Dipsi/- Secin	TRF1
Helena Elias Pinto (hep@jfrj.jus.br)	Juíza Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF2
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Juiz Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF3
David Panessa Baccelli (dbacelli@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sist. da Informação	TRF3



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1557898-4924 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental 40.07.01.01



CJFMRU201700077A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda		TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária - SEJU	TRF3
Frederico José Pinto de Azevedo (frederico.azevedo@jfpe.jus.br)	Juiz Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF5
Telma Motta (trmota@trf4.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF5
Sandra Régia Cordeiro Valença Bowman (sandrar@trf5.jus.br)		TRF5
Laureano Montarroyos Filho (laureano@trf5.jus.br)	Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5
Miguel Antônio Silveira Ramos (ramosm@vetorial.net)	Advogado, representante do CFOAB	CFOAB

Pauta

1. Informações sobre os contatos para realização do treinamento de fluxo para desenvolvedores do PJe

Dr. Reginaldo informa que contatou o servidor Thiago Vieira quanto à possibilidade de ministrar treinamento de fluxo do PJe para a Justiça Federal. O servidor informou que em razão de demandas do Conselho Nacional de Justiça não poderia informar disponibilidade de data. Entretanto, recomendou que o treinamento seja ministrado para servidores da área de TI. Dr. Marcelo solicita, sem prejuízos dos entendimentos com Thiago Vieira, que Marcos Barbosa realize contato com os secretários de TI do TJDFT e TSE com vistas a verificar a existência de servidor habilitado a ministrar o treinamento para a Justiça Federal. Dr. Reginaldo incumbiu-se de realizar o contato político, caso haja necessidade. Consultados os participantes, todos tribunais que implantam o PJe manifestaram interesse em participar do treinamento, bem como Dr. Miguel registra que a OAB poderia participar como ouvinte. Dr. Marcelo comunica que havendo disponibilidade de vagas será possível a participação, atendida a recomendação do Thiago Vieira para que sejam treinandos da área de TI.

2. Apoio do CNJ ao PJe na Justiça Federal

Dr. Fabiano informa que a Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região irá contatar diretamente a Presidente do Conselho Nacional de Justiça para solicitar apoio à implantação da versão 2.0 do PJe no TRF3, conforme ficou previamente acordado na reunião do Comitê Gestor Nacional do PJe, realizada em 21 de junho de 2017. Na oportunidade, Dr.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Marcelo solicita ao Dr. Cleberson levar à Presidência do CJF sugestão para que a Ministra Laurita Vaz apoie o pedido da 3ª Região, extensível aos demais tribunais que implantam o PJe.

3. Prestação de contas 2015 e 2017, até junho e janela para alteração do orçamento PJe (17/08).

Edimilson informa que a prestação de contas solicitada na última reunião do Comitê referente a 2015 foi apresentada pelo TRF1, restando pendente apenas a do TRF3. Quanto ao detalhamento das despesas de 2017, o TRF1 e o TRF3 encaminharam a respectiva prestação de contas até junho/17. O TRF2 apresentou as despesas realizadas até maio/17 e o TRF5 não registrou execução orçamentária neste exercício.

4. Proposta para redistribuição da dotação consignada ao CJF para 2017, no valor de R\$ 224.021,00 e da p

Em vista da iminente deliberação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região quanto à implantação do PJe, o Comitê entende prudente adiar a deliberação relativa aos recursos alocados no Projeto no Conselho da Justiça Federal. Eventualmente esse recurso no CJF poderá ser utilizado para custear despesas destinadas a treinamentos ou ações dirigidas para todos os TRFs, bem como poderá ser alocado para as fábricas de software. Na oportunidade Leonardo informa que as equipes responsáveis pela infraestrutura de TI no TRF2 e TRF3 irão avaliar a necessidade de recursos técnicos necessários à implantação do sistema no TRF2. Quanto aos recursos previstos para o CJF na proposta orçamentária para o exercício de 2018, o Comitê delibera manter da forma que foi inicialmente planejada pela mesma razão do que foi decidido em relação à dotação de 2017, ou seja, os recursos constarão a favor do CJF.

5. Avaliação da execução orçamentária de 2017 e deliberação sobre remanejamento de recursos orçamentário

Após avaliação dos percentuais da execução orçamentária dos recursos consignados aos tribunais regionais federais, os representantes desses órgãos informaram capacidade para executar a dotação recebida até o final do exercício em razão de processos de contratações em andamento nos respectivos órgãos. Desse modo, o Comitê delibera não realizar, neste momento, alterações na distribuição orçamentária, ficando para a reunião de outubro voltar a discutir a necessidade de efetivar remanejamentos entre os regionais.

6. Iniciar discussão sobre critérios para alocação de recursos (pendência da reunião extraordinária que

O Comitê delibera adiar para o final deste ano ou início de 2018 discussão para estabelecer critérios objetivos para a previsão de necessidades orçamentárias para os regionais que implantam o PJe.

7. Informes sobre a implantação do PJe nas Regiões.

1ª Região - informa que se encontra em homologação a versão 2.0 do PJe. Ressalta que os resultados são bastante significativos, que essa versão tem mais funcionalidades e é muito mais leve a aplicação e com melhor usabilidade. A Região iniciou a implantação para a competência criminal e a 3ª e 21ª Varas do Distrito Federal serão especializadas em saúde pública, inclusive com JEF adjunto nessas matérias, utilizando o PJe. A implantação no JEF de Uberlândia, maior da 1ª Região, está bem encaminhada, aguardando o cronograma ser



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

aprovado. O JEF de Juiz de Fora demanda a implantação em razão dos ganhos de produtividade a serem obtidos com o PJe. A Subseção Judiciária de Tefé/AM, que possui a infraestrutura de comunicação de dados mais precária da Região, reivindica constantemente a expansão do PJe para todas as classes, uma vez que é mais adequado utilizar o PJe do que os sistemas legados com a infraestrutura existente. As varas criminais do Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia também passarão a utilizar o sistema para todas as classes criminais até dezembro. Até esta data totalizam 61.500 processos no 1º grau e 16.248 no 2º grau. Dr. Marcelo conclui que há várias solicitações para implantação do PJe nas unidades judiciárias do 1º grau, entretanto falta pessoal técnico de TI e negocial para atender a todos os pedidos. 2ª Região - Encontram-se em fase de avaliação para implantação do PJe ou outro sistema judicial eletrônico. O prazo da comissão para apresentar suas conclusões encerra-se em setembro/17. Dr. Fabiano informa que a 3ª Região participará de reunião no TRF2. A 1ª e a 5ª Regiões se colocam à disposição do TRF2 para relatarem suas experiências na implantação e utilização do PJe. Ressaltam os representantes desses órgãos a importância do suporte que a rede formada pelas equipes técnicas da 1ª, 3ª e 5ª Regiões poderão dar na implantação do PJe na 2ª Região, assim como a importância da rede de governança nacional do PJe. 3ª Região - Informa que o PJe está implantado em todas as subseções da Seção Judiciária de São Paulo, sendo obrigatório nas classes cíveis e previdenciárias e que chegam a aproximadamente 100.000 processos em tramitação no sistema, sem contar com Mato Grosso do Sul, que entrará para o sistema a partir de 24 de agosto. A 3ª Região entrará em novo momento, visto que a Presidente do Tribunal estabeleceu momentos processuais para que sejam virtualizados os autos físicos existentes. Com essa providência e por terem firmado acordo com o Tribunal de Justiça de São Paulo quanto à competência delegada, não entrarão mais processos físicos no TRF3, salvo ações penais, habeas corpus, e aqueles cuja digitalização não seja viabilizada. Relata que os processos criminais passam a ser prioridade para que também sejam virtualizados. Nesse sentido, Dr. Fabiano propõe que os TRFs atuem conjuntamente no diálogo interinstitucional junto à Polícia Federal e Ministério Público Federal para desenvolverem mecanismos que visem à virtualização das ações penais. Dr. Marcelo sugere que as equipes dos tribunais atuem na forma proposta e que a interlocução venha a ser realizada pelo Dr. Fabiano, que aceita a indicação. 5ª Região - Informa que os processos físicos estão sendo digitalizados, sendo mantida toda a informação histórica dos autos. Que o MNI está funcionando muito bem e que somente na operação 3 (consulta à íntegra do processo) foram mais de 140 mil acessos no mês de julho. Dr. Frederico acrescenta que a tramitação na vara em que é titular tem sido em até 30 dias e Mandado de Segurança em até 20 dias. Telma relata que houve a conclusão da automação processual dos serviços cartorários de Turma e Pleno, cuja a última etapa foi a automação dos procedimentos após o recebimento de recursos especiais e extraordinários. Assim, toda a atividade cartorária não necessita da intervenção de servidores, exceto em casos excepcionais. O TRF5 informa, ainda, o desenvolvimento de aplicação para dispositivos móveis, com previsão de estar concluído até novembro/17. O total de processos no PJe na 5ª Região é de 255.164 no 1º grau e 75.943 no 2º grau.

8. Nota de divulgação sobre o PJe.

Dra. Helena manifesta-se favorável ao desenvolvimento de ações de comunicação sobre as histórias de sucesso do PJe. Declara que somente a partir de sua participação no Comitê teve conhecimento das inovações e êxito alcançado pelo sistema. Dr. Fabiano demanda maior respaldo institucional do CJF ao Projeto PJe e apoia a implementação de um plano de comunicação que divulgue as boas práticas adotadas a partir da implantação do PJe. Dr. Miguel avalia que as informações sobre o PJe são desconstruídas e cita situações ocorridas no âmbito do CNJ, ressalta que o PJe é uma política pública e como tal deve ser pensada de



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1557898-4924 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

forma ampla as suas implicações. Dr. Marcelo solicita, em nome do Comitê, demandar junto à área de comunicação social do CJF maior apoio para as comunicações do Projeto. Dr. Cleberson apoia o pedido e declara que o PJe é de fato uma política pública, salvo se a alta administração do CJF eventualmente alterar essa situação, e que se faz necessário fazer chegar as informações aos interessados. Dr. Reginaldo reforça que o PJe tem total apoio da Corregedoria-Geral. Ivan registra que toda informação do PJe está sendo divulgada por meio do Observatório da Justiça Federal e ressalva que agora projeto chega em um estágio de desenvolvimento em que há informações relevantes a serem divulgadas, referentes, por exemplo, à implantação do sistema em todos os 14 Estados da 1ª Região e o número expressivo de mais de 100 mil ações tramitando no PJe da 3ª Região. Dra. Helena sugere que as notícias sejam encaminhadas pelos tribunais para o CJF para ampla divulgação. Dr. Marcelo solicita a divulgação, até quinta-feira, 3/8, dos informes apresentados nesta reunião do Comitê e outros casos de sucesso citados pelos participantes. O Comitê delibera que os tribunais que implantam o PJe deverão encaminhar à gerência do PJe, ou lista de discussão especificamente criada para essa finalidade, release do Projeto na respectiva região. A pauta discutida pelo Comitê fará parte da divulgação mensal e os tribunais, em rodízio, comporão as divulgações seguintes, sendo o TRF3 na próxima semana, o TRF1 na seguinte e o TRF5 na terceira semana. A partir de setembro a ordem será Comitê gestor na primeira semana e TRF1 na seguinte e, sucessivamente, o TRF3 e TRF5.

9. Outros assuntos.

Leonardo solicita informações sobre qual o prazo para implantação do sistema e-proc na TNU, especificamente o tempo desde a iniciação do processo até a efetiva implementação e quando os tribunais deverão estar integrados à Turma. Solicita, informar as razões para que a implantação na TNU tenha sido no ambiente do TRF da 4ª Região. Leonardo solicita, ainda, consignação em ata consulta de consulta feita acerca da previsão de liberação do ambiente de homologação do e-Proc/TNU, para que os TRFs 1, 2, 3 e 5 iniciem os testes de integração de seus sistemas via MNI, haja vista que o prazo determinado no art. 1º, II da Portaria CJF-PCG-2017/00008 para que as Turmas Recursais vinculadas a esses Tribunais passassem a enviar os Pedidos de Uniformização era 1º de agosto de 2017. André Chiaratto informa que devido ao curto prazo para operacionalizar a solução (será utilizada em produção na Sessão da TNU de agosto/2017) a implantação neste momento foi realizada na 4ª Região e que o prazo de implantação/operacionalização foi em torno de 30 dias. Maiores informações podem ser obtidas no Acordo de Cooperação Técnica n. 10/TRF4 e na Portaria da Corregedoria-Geral n. 008/2017 de 29 de junho de 2017, que dispõe sobre o cronograma de implantação do sistema. Em vista desse tema não dizer respeito aos assuntos afetos ao Comitê, este delibera que informações adicionais serão encaminhadas pelo André ao Leonardo e aos representantes dos tribunais representados.

10. Próximas reuniões.

01/09/2017, 10h. 06/10/2017, 10h. Dr. Marcelo solicita que nesta reunião os tribunais tenham a definição sobre a liberação de recursos orçamentários visto que o prazo para efetivar créditos adicionais encerra-se em 17/10.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Contatar os secretários de TI do TJDFT e TSE	Marcos Barbosa	
3.1	Apresentar o detalhamento da execução orçamentária referente a 2015	TRF3	
8.1	Divulgar notícias sobre as principais e recentes realizações do Projeto PJe	Secretaria Executiva/Assessoria de Comunicação do CJF	03/08/2017
8.2	Elaborar plano de comunicação	Edimilson Oliveira	25/08/2017
8.3	Encaminhar para o CJF notícias sobre a implantação e expansão do PJe	Gerentes regionais do PJe	

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA.
Documento Nº: 1557898-4924 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

